



**Tribunal de Justiça  
do Estado do Espírito Santo  
Vice-Presidência  
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – NUGEP**

## **BOLETIM DE PRECEDENTES**

Vitória, 17 de março de 2021  
Edição n. 001/2021 – 18/12/2020 a 17/03/2021

### **APRESENTAÇÃO**

O boletim do NUGEP-ES visa a auxiliar o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo na divulgação das notícias referentes à Repercussão Geral (RG), aos Recursos Repetitivos (RR), aos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e ao Incidente de Assunção de Competência (IAC), para os fins do art. 985, do §8º do art. 1.035, dos arts. 1.039, 1.040 e 1.041 do CPC, em cumprimento ao inciso VIII do art. 7º da Resolução 235/2016 do CNJ.

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do TJES.

### **RECURSOS REPETITIVOS - STJ**

[Vide boletins de precedentes do STJ nº 57 e 58 em anexo.](#)

#### **AFETAÇÃO**

##### **- DIREITO ADMINISTRATIVO**

- **TEMA 1080** – Paradigmas RESP 1.880.238/RJ, RESP 1.871.942/PE, RESP 1.880.246/RJ e RESP 1.880.241/RJ

Questão submetida a julgamento: **"Definir se há direito de pensionista de militar à assistência médico-hospitalar por meio do Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA). Os processos afetados tratam de instituidores falecidos antes da vigência da Lei nº 13.954/2019, razão pela qual a discussão da tese está adstrita à legislação vigente antes das alterações promovidas pelo referido diploma legal"**.

Na oportunidade, a Primeira Seção do STJ determinou a **"suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem acerca da questão delimitada e tramitem no território nacional (art. 1037, inciso II, do CPC)"**.

Data da afetação: 08/03/2021

##### **- DIREITO DO CONSUMIDOR**

- **TEMA 1078** – Paradigmas RESP 1.881.453/RS e RESP 1.881.456/RS

Questão submetida a julgamento: **"Definir se o atraso na baixa de gravame de alienação fiduciária no registro de veículo automotor por parte de instituição financeira configura dano moral *in re ipsa*"**.

Na oportunidade, a Segunda Seção do STJ determinou a **"suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem acerca da questão delimitada e tramitem no território nacional"**.

Data da afetação: 18/12/2020

- **TEMA 1082** – Paradigmas RESP 1.842.751/RS e RESP 1.846.123/SP

Questão submetida a julgamento: "**Definir a possibilidade ou não de cancelamento unilateral - por iniciativa da operadora - de contrato de plano de saúde (ou seguro saúde) coletivo enquanto pendente tratamento médico de beneficiário acometido de doença grave**".

Na oportunidade, a Segunda Seção do STJ **não determinou a suspensão nacional de todos os processos.**

Data da afetação: 09/03/2021

## - DIREITO PENAL

- **TEMA 1077** – Paradigma RESP 1.794.854/DF

Questão submetida a julgamento: "**Condenações criminais transitadas em julgado, não utilizadas para caracterizar a reincidência, somente podem ser valoradas, na primeira fase da dosimetria, a título de antecedentes criminais, não se admitindo sua utilização também para desvalorar a personalidade ou a conduta social do agente**".

Na oportunidade, a Terceira Seção do STJ **não determinou a suspensão nacional de todos os processos.**

Data da afetação: 18/12/2020

## - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- **TEMA 1081** – ParadigmaS RESP 1.882.236/RS, RESP 1.893.709/RS e RESP 1.894.666/SC

Questão submetida a julgamento: "**Definir se a demanda previdenciária cujo valor da condenação seja aferível por simples cálculos aritméticos deve ser dispensada da remessa necessária, quando for possível estimar que será inferior ao montante previsto no artigo 496, § 3º, inc. I do Código de Processo Civil**".

Na oportunidade, a Primeira Seção do STJ determinou a "**suspensão do processamento dos recursos especiais e agravos em recurso especial que versem acerca da questão delimitada e que estejam pendentes de apreciação em todo o território nacional**".

Data da afetação: 10/03/2021

## - DIREITO TRIBUTÁRIO

- **TEMA 1079** – Paradigmas RESP 1.898.532/CE e RESP 1.905.870/PR

Questão submetida a julgamento: "**Definir se o limite de 20 (vinte) salários mínimos é aplicável à apuração da base de cálculo de 'contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros', nos termos do art. 4º da Lei n. 6.950/1981, com as alterações promovidas em seu texto pelos arts. 1º e 3º do Decreto-Lei nº. 2.318/1986**".

Na oportunidade, a Primeira Seção do STJ determinou a "**suspensão de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem acerca da questão delimitada e tramitem no território nacional**".

Data da afetação: 18/12/2020

## RECURSOS REPETITIVOS COM TESE FIRMADA

### - DIREITO ADMINISTRATIVO

- **TEMA 1023** – Paradigmas RESP 1.809.209/DF, RESP 1.809.204/DF e RESP 1.809.043/DF

Tese firmada: "**Nas ações de indenização por danos morais, em razão de sofrimento ou angústia experimentados pelos agentes de combate a endemias decorrentes da exposição desprotegida e sem orientação ao dicloro-difenil-tricloroetano - DDT, o termo inicial do prazo prescricional é o momento em que o servidor tem ciência dos malefícios que podem surgir da exposição, não devendo ser adotado como marco inicial a vigência da Lei nº 11.936/09, cujo texto não apresentou justificativa para a proibição da substância e nem descreveu eventuais malefícios causados pela exposição ao produto químico.**"

Data de publicação do acórdão: 24/02/2021

- **TEMA 1036** – Paradigmas RESP 1.814.945/CE, RESP 1.814.944/RN e RESP 1.816.353/RO

Tese firmada: "**A apreensão do instrumento utilizado na infração ambiental, fundada na atual redação do § 4º do art. 25 da Lei 9.605/1998, independe do uso específico, exclusivo ou habitual para a empreitada infracional.**"

Data de publicação do acórdão: 24/02/2021

### - DIREITO CIVIL

- **TEMA 1034** – Paradigmas 1.818.487/SP, RESP 1.816.482/SP e RESP 1.829.862/SP

Tese firmada: "**a) Eventuais mudanças de operadora, de modelo de prestação de serviço, de forma de custeio e de valores de contribuição não implicam interrupção da contagem do prazo de 10 (dez) anos previsto no art. 31 da Lei n. 9.656/1998, devendo haver a soma dos períodos contributivos para fins de cálculo da manutenção proporcional ou indeterminada do trabalhador aposentado no plano coletivo empresarial; b) O art. 31 da lei n. 9.656/1998 impõe que ativos e inativos sejam inseridos em plano de saúde coletivo único, contendo as mesmas condições de cobertura assistencial e de prestação de serviço, o que inclui, para todo o universo de beneficiários, a igualdade de modelo de pagamento e de valor de contribuição, admitindo-se a diferenciação por faixa etária se for contratada para todos, cabendo ao inativo o custeio integral, cujo valor pode ser obtido com a soma de sua cota-parte com a parcela que, quanto aos ativos, é proporcionalmente suportada pelo empregador com o modelo dos trabalhadores ativos e facultada a portabilidade de carências; c) O ex-empregado aposentado, preenchidos os requisitos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998, não tem direito adquirido de se manter no mesmo plano privado de assistência à saúde vigente na época da aposentadoria, podendo haver a substituição da operadora e a alteração do modelo de prestação de serviços, da forma de custeio e os respectivos valores, desde que mantida paridade com o modelo dos trabalhadores ativos e facultada a portabilidade de carências.**"

Data de publicação do acórdão: 01/02/2021

- **TEMA 1051** – Paradigmas 1.843.332/RS e outros

Tese firmada: "**Nos contratos de plano de saúde não é abusiva a cláusula de coparticipação expressamente ajustada e informada ao consumidor, à razão máxima de 50% (cinquenta por cento) do valor das despesas, nos casos de internação superior a 30 (trinta) dias por ano, decorrente de transtornos psiquiátricos, preservada a manutenção do equilíbrio financeiro.**"

Data de publicação do acórdão: 17/12/2020

## - DIREITO DO CONSUMIDOR

- **TEMA 1032** – Paradigmas RESP 1.809.486/SP e RESP 1.755.866/SP

Tese firmada: "**Nos contratos de plano de saúde não é abusiva a cláusula de coparticipação expressamente ajustada e informada ao consumidor, à razão máxima de 50% (cinquenta por cento) do valor das despesas, nos casos de internação superior a 30 (trinta) dias por ano, decorrente de transtornos psiquiátricos, preservada a manutenção do equilíbrio financeiro.**"

Data de publicação do acórdão: 16/12/2020

## - DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- **TEMA 1031** – Paradigmas RESP 1.831.371/SP e RESP 1.831.377/PR

Tese firmada: "**É admissível o reconhecimento da especialidade da atividade de Vigilante, com ou sem o uso de arma de fogo, em data posterior à Lei 9.032/1995 e ao Decreto 2.172/1997, desde que haja a comprovação da efetiva nocividade da atividade, por qualquer meio de prova até 5.3.1997, momento em que se passa a exigir apresentação de laudo técnico ou elemento material equivalente, para comprovar a permanente, não ocasional nem intermitente, exposição à atividade nociva, que coloque em risco a integridade física do Segurado.**"

Data de publicação do acórdão: 02/03/2021

## - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- **TEMA 1026** – Paradigmas RESP 1.814.310/RS, RESP 1.812.449/SC, RESP 1.807.923/SC, RESP 1.807.180/PR e RESP 1.809.010/RJ

Tese firmada: "**O art. 782, §3º do CPC é aplicável às execuções fiscais, devendo o magistrado deferir o requerimento de inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes, preferencialmente pelo sistema SERASAJUD, independentemente do esgotamento prévio de outras medidas executivas, salvo se vislumbrar alguma dúvida razoável à existência do direito ao crédito previsto na Certidão de Dívida Ativa - CDA.**"

Data de publicação do acórdão: 11/03/2021

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### - DIREITO ADMINISTRATIVO

- **JUÍZO DE RETRATAÇÃO - TEMA 503/STJ** – Paradigma RESP 1.261.020/CE

Noticiamos que, a Primeira Seção do STJ, **em juízo de retratação** e com base na orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal firmada em repercussão geral, readequou a tese anteriormente fixada.

A tese firmada no Tema Repetitivo n. 503/STJ passou a ser a seguinte: "**a) Servidores públicos federais civis não possuem direito às incorporações de quintos/décimos pelo exercício de funções e cargos comissionados entre a edição da Lei n. 9.624/1998 e a MP n. 2.225- 48/2001; b) Porém, os servidores públicos que recebem quintos/décimos pelo exercício de funções e cargos comissionados entre a edição da Lei n. 9.624/1998 e a MP n. 2.225-48/2001, seja por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado, possuem direito subjetivo de continuar recebendo os quintos/décimos até o momento de sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores; c) Nas**

**hipóteses em que a incorporação aos quintos/décimos estiver substanciada em coisa julgada material, não é possível a descontinuidade dos pagamentos de imediato."**

Data de publicação do acórdão: 24/02/2021

## **- DIREITO PROCESSUAL PENAL**

- **REVISÃO do TEMA 931/STJ** – Paradigma RESP 1.785.383/SP

Nova Tese firmada: **"Na hipótese de condenação concomitante a pena privativa de liberdade e multa, o inadimplemento da sanção pecuniária obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade."**

Data de publicação do acórdão: 02/12/2020

## **REPERCUSSÃO GERAL - STF**

**Vide boletins "Repercussão Geral em pauta" do STF nº 146, 147, 148, 149, 150 e 151 em anexo.**

## **REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA**

### **- DIREITO ADMINISTRATIVO**

- **TEMA 1126** – Paradigma ARE 1278713

Questão submetida a julgamento: **"Equiparação remuneratória, pela via judicial, entre os cargos de Analista Judiciário – área fim – e Técnico de Nível Superior do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul."**

Data de publicação do acórdão: 25/02/2021

- **TEMA 1128** – Paradigma RE 1232885

Questão submetida a julgamento: **"Constitucionalidade da transposição, absorção ou aproveitamento de empregado público de sociedade de economia mista, para quadro estatutário da Administração Pública Estadual, com base no artigo 65-A da Constituição do Estado do Amapá."**

Data de publicação do acórdão: 09/03/2021

### **- DIREITO CIVIL**

- **TEMA 1127** – Paradigma RE 1307334

Questão submetida a julgamento: **"Penhorabilidade de bem de família de fiador em contrato de locação comercial."**

Data de publicação do acórdão: 09/03/2021

### **- DIREITO ELEITORAL**

- **TEMA 1121** – Paradigma RE 1296829

Questão submetida a julgamento: **"Constitucionalidade do compartilhamento com o Ministério Público Eleitoral, para fins de apuração de irregularidades em doações eleitorais, dos dados fiscais de pessoas físicas e jurídicas obtidos com base em**

**convênio firmado entre a Receita Federal e o Tribunal Superior Eleitoral, sem autorização prévia do Poder Judiciário."**

Data de publicação do acórdão: 08/01/2021

## **- DIREITO PENAL**

- **TEMA 1120** – Paradigma RE 1297884

Questão submetida a julgamento: "**Separação de poderes e controle jurisdicional de constitucionalidade em relação à interpretação de normas regimentais das Casas Legislativas.**"

Data de publicação do acórdão: 18/02/2021

## **- DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

- **TEMA 1125** – Paradigma RE 1298832

Questão submetida a julgamento: "**Possibilidade de contagem, para fins de carência, do período no qual o segurado esteve em gozo de auxílio-doença, desde que intercalado com períodos de atividade laborativa.**"

Data de publicação do acórdão: 25/02/2021

## **- DIREITO TRIBUTÁRIO**

- **TEMA 1122** – Paradigma ARE 1289782

Questão submetida a julgamento: "**Imunidade tributária recíproca em favor de sociedade de economia mista prestadora de serviço público relativo à construção de moradias para famílias de baixa renda.**"

Data de publicação do acórdão: 08/01/2021

- **TEMA 1124** – Paradigma ARE 1294969

Questão submetida a julgamento: "**Incidência do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) na cessão de direitos de compra e venda, ausente a transferência de propriedade pelo registro imobiliário.**"

Data de publicação do acórdão: 19/02/2021

## **TEMAS COM ACÓRDÃO DE MÉRITO PUBLICADO**

### **- DIREITO ADMINISTRATIVO**

- **TEMA 491** – Paradigma ARE 649379

Tese firmada: "**Os Estados-Membros e o Distrito Federal têm competência legislativa para estabelecer regras de postagem de boletos referentes a pagamento de serviços prestados por empresas públicas e privadas.**"

Data de publicação do acórdão: 18/01/2021

- **TEMA 992** – Paradigma RE 960429

Tese firmada: **"Compete à Justiça Comum processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame em face da Administração Pública, direta e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoas, salvo quando a sentença de mérito tiver sido proferida antes de 6 de junho de 2018, situação em que, até o trânsito em julgado e a sua execução, a competência continuará a ser da Justiça do Trabalho."**

Data de publicação do acórdão: 05/02/2021

- **TEMA 1126** – Paradigma ARE 1278713

Tese firmada: **"Ofende a Súmula Vinculante 37 a equiparação, pela via judicial, dos cargos de Analista Judiciário área fim e Técnico de Nível Superior do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, anteriormente à Lei Estadual 4.834/2016."**

Data de publicação do acórdão: 25/02/2021

## - DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- **TEMA 709** – Paradigma RE 791961

Tese firmada: **"I) É constitucional a vedação de continuidade da percepção de aposentadoria especial se o beneficiário permanece laborando em atividade especial ou a ela retorna, seja essa atividade especial aquela que ensejou a aposentação precoce ou não. II) Nas hipóteses em que o segurado solicitar a aposentadoria e continuar a exercer o labor especial, a data de início do benefício será a data de entrada do requerimento, remontando a esse marco, inclusive, os efeitos financeiros. Efetivada, contudo, seja na via administrativa, seja na judicial a implantação do benefício, uma vez verificado o retorno ao labor nocivo ou sua continuidade, cessará o o pagamento do benefício previdenciário em questão."**

Data de publicação do acórdão: 12/03/2021

- **TEMA 1125** – Paradigma RE 1298832

Tese firmada: **"É constitucional o cômputo, para fins de carência, do período no qual o segurado esteve em gozo do benefício de auxílio-doença, desde que intercalado com atividade laborativa."**

Data de publicação do acórdão: 25/02/2021

## - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO

- **TEMA 1119** – Paradigma ARE 1293130

Tese firmada: **"É desnecessária a autorização expressa dos associados, a relação nominal destes, bem como a comprovação de filiação prévia, para a cobrança de valores pretéritos de título judicial decorrente de mandado de segurança coletivo impetrado por entidade associativa de caráter civil."**

Data de publicação do acórdão: 08/01/2021

## - DIREITO PROCESSUAL PENAL

- **TEMA 438** – Paradigma RE 600851

Tese firmada: "**Em caso de inatividade processual decorrente de citação por edital, ressalvados os crimes previstos na Constituição Federal como imprescritíveis, é constitucional limitar o período de suspensão do prazo prescricional ao tempo de prescrição da pena máxima em abstrato cominada ao crime, a despeito de o processo permanecer suspenso.**"

Data de publicação do acórdão: 23/02/2021

## - DIREITO TRIBUTÁRIO

- **TEMA 317** – Paradigma RE 630137

Tese firmada: "**O art. 40, § 21, da Constituição Federal, enquanto esteve em vigor, era norma de eficácia limitada e seus efeitos estavam condicionados à edição de lei complementar federal ou lei regulamentar específica dos entes federados no âmbito dos respectivos regimes próprios de previdência social.**"

Data de publicação do acórdão: 12/03/2021

- **TEMA 1124** – Paradigma ARE 1294969

Tese firmada: "**O fato gerador do imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis (ITBI) somente ocorre com a efetiva transferência da propriedade imobiliária, que se dá mediante o registro.**"

Data de publicação do acórdão: 19/02/2021

## TEMAS COM TRÂNSITO EM JULGADO

### - DIREITO ADMINISTRATIVO

- **Trânsito em julgado no TEMA 366** – Paradigma RE 136861

Tese firmada: "**Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.**"

Trânsito em julgado em: 09/02/2021

- **Trânsito em julgado no TEMA 445** – Paradigma RE 636553

Tese firmada: "**Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.**"

Trânsito em julgado em: 05/03/2021



- **Trânsito em julgado no TEMA 532** – Paradigma RE 633782

Tese firmada: **"É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial."**

Trânsito em julgado em: 03/02/2021

- **Trânsito em julgado no TEMA 958** – Paradigma RE 936790

Tese firmada: **"É constitucional a norma geral federal que reserva fração mínima de um terço da carga horária dos professores da educação básica para dedicação às atividades extraclasse."**

Trânsito em julgado em: 18/12/2020

- **Trânsito em julgado no TEMA 994** – Paradigma RE 1089282

Tese firmada: **"Compete à Justiça comum processar e julgar demandas em que se discute o recolhimento e o repasse de contribuição sindical de servidores públicos regidos pelo regime estatutário."**

Trânsito em julgado em: 12/02/2021

- **Trânsito em julgado no TEMA 1039** – Paradigma RE 1026923

Tese firmada: **"Presente razoável e adequada finalidade de fazer chegar ao maior número de brasileiros diversas informações de interesse público, é constitucional o artigo 38, 'e', da Lei 4.117/1962, com a redação dada pela Lei 13.644/2018, ao prever a obrigatoriedade de transmissão de programas oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ("Voz do Brasil"), em faixa horária pré-determinada e de maior audiência."**

Trânsito em julgado em: 04/03/2021

- **Trânsito em julgado no TEMA 1040** – Paradigma RE 626946

Tese firmada: **"Surge constitucional lei de iniciativa parlamentar a criar conselho de representantes da sociedade civil, integrante da estrutura do Poder Legislativo, com atribuição de acompanhar ações do Executivo."**

Trânsito em julgado em: 18/02/2021

## **- DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

- **Trânsito em julgado no TEMA 503** – Paradigma RE 661256

Tese firmada: **"No âmbito do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, previsão legal do direito à 'desaposentação' ou à 'reaposentação', sendo constitucional a regra do art. 18, § 2º, da Lei nº 8.213/91."**

Trânsito em julgado em: 08/12/2020

## - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- **Trânsito em julgado no TEMA 262** – Paradigma RE 605533

Tese firmada: **"O Ministério Público é parte legítima para ajuizamento de ação civil pública que vise o fornecimento de remédios a portadores de certa doença."**

Trânsito em julgado em: 05/02/2021

## - DIREITO TRIBUTÁRIO

- **Trânsito em julgado no TEMA 176** – Paradigma RE 593824

Tese firmada: **"A demanda de potência elétrica não é passível, por si só, de tributação via ICMS, porquanto somente integram a base de cálculo desse imposto os valores referentes àquelas operações em que haja efetivo consumo de energia elétrica pelo consumidor."**

Trânsito em julgado em: 25/02/2021

- **Trânsito em julgado no TEMA 322** – Paradigma RE 592891

Tese firmada: **"Há direito ao creditamento de IPI na entrada de insumos, matéria-prima e material de embalagem adquiridos junto à Zona Franca de Manaus sob o regime de isenção, considerada a previsão de incentivos regionais constante do art. 43, § 2º, III, da Constituição Federal, combinada com o comando do art. 40 do ADCT."**

Trânsito em julgado em: 18/02/2021

- **Trânsito em julgado no TEMA 325** – Paradigma RE 603624

Tese firmada: **"As contribuições devidas ao SEBRAE, à APEX e à ABDI com fundamento na Lei 8.029/1990 foram recepcionadas pela EC 33/2001."**

Trânsito em julgado em: 09/02/2021

- **Trânsito em julgado no TEMA 520** – Paradigma ARE 665134

Tese firmada: **"O sujeito ativo da obrigação tributária de ICMS incidente sobre mercadoria importada é o Estado-membro no qual está domiciliado ou estabelecido o destinatário legal da operação que deu causa à circulação da mercadoria, com a transferência de domínio."**

Trânsito em julgado em: 09/02/2021

- **Trânsito em julgado no TEMA 906** – Paradigma RE 946648

Tese firmada: **"É constitucional a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI no desembaraço aduaneiro de bem industrializado e na saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno."**

Trânsito em julgado em: 09/02/2021